

Quadro Negro

www.sinprodf.org.br



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL ANO XXXIX - Nº 203 / OUTUBRO DE 2018

E a democracia, fica?



Sinpro(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF

Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefax: 3562-4856 e 3562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefax: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares,

Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

Editor: Luis Ricardo Machado

Jornalistas: Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado, Leidiane Souza

e Ribamar Martins

Revisão: José Antônio de Oliveira

Diagramação: Samuel De Paula | Eduardo G. Antero

Capa: Lisarb Senna

Fotos: Deva Garcia e José Paulo de Oliveira (ECOM)

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 45.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.



Secretaria de Administração e Patrimônio

Carlos Cirane Nascimento – Coordenador

Carlos de Souza Maciel

Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados

Silvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora

Marilange da Silva Vianna

Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais

Thais Romanelli Leite – Coordenadora

Eliceuda Silva de França

Ticho Lavenerre

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos

Dimas da Rocha Santos – Coordenador

Cássio de Oliveira Campos (*In Memoriam*)

Ilson Veloso Bernardo

Francisco de Assis S. Lima

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora

Maria Goretti Oliveira Cunha

Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora

Bernardo Fernandes Távora

Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical

Luciana Custódio de Castro – Coordenadora

Jairo Mendonça

Magnete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Cláudio Antunes Correia – Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade

Elbia Pires de Almeida – Coordenadora

Leticia Vieira Montandon

Jucimeire Barbosa da Silva

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador

Gilza Lúcia Camilo Ricardo

Alberto de Oliveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática

Julio Barros – Coordenador

Luciano Matos de Souza

Solange Buosi

Secretaria de Política Educacional

Berenice Darc Jacinto – Coordenadora

Anderson de Oliveira Correa

Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais

Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador

Hamilton da Silva Caiana

Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL

Enóquio Sousa Rocha

Jailson Pereira Sousa

Joana Darc Ferreira Soares

Joana Brito M. Rodrigues

Misael dos Santos Barret

Que Brasil você es

Nos próximos dias os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais terão nas mãos não somente o futuro do Brasil, mas também a responsabilidade de escolher qual país terão no futuro, em que cenário a escola pública e seus profissionais estarão inseridos, e ao lado de qual candidato cada um estará na luta pelo respeito aos direitos trabalhistas. No tabuleiro eleitoral, o que está em jogo não é somente a escolha do próximo presidente da República, mas o futuro da nossa categoria e de cada trabalhador(a) brasileiro(a).

O Sinpro-DF tem manifestado grande preocupação a respeito do momento político que vive o Brasil, principalmente diante do ambiente hostil em que essas eleições se transformaram. Em meio a discursos conservadores que disseminam medo, ódio e intolerância ante as diferenças, a ultradireita traz uma crescente onda de violência e de total insegurança. Um dos exemplos foi o assassinato do mestre de capoeira e ativista cultural Romoaldo Rosário da Costa, conhecido como Moa do Katen-dê, morto de forma cruel por defender o candidato de esquerda.

A onda de intolerância nos coloca em um ambiente pré-fascista, que pode ser consolidado no dia 28 de outubro com a eleição do radicalismo. O risco ganha ainda mais intensidade com a intromissão do mercado financeiro e das elites, que veem nessa candidatura a possibilidade de que suas pautas, todas voltados para seus interesses econômicos, serem atendidas tanto no Executivo quanto no Legislativo.

No contraponto dessa pressão do mercado, das elites e de todo discurso de ódio e violência encrustado em boa parte da sociedade está a candidatura da esquerda, que pode, uma vez vencedora nas urnas, tornar-se o contraponto ou a última linha de esperança para um Brasil justo, plural e distante do radicalismo e do discurso fascista que se desenha atualmente. Cabe aos(às) educadores(as) que sempre foram massacrados(as) em regimes autoritários refletirem sobre que governo ou que tendência

política vão querer conviver nos próximos anos.

A importância de se escolher o melhor projeto para a Presidência ganha ainda mais força diante do novo desenho das cadeiras do Congresso Nacional, que embora tenha mais mulheres e tenha deflagrado uma das maiores renovações da história, se coloca como um dos mais conservadores dos últimos tempos. Isso deve refletir nos embates sobre os direitos dos(as) trabalhadores(as) de todos os setores da sociedade brasileira. Um presidente preocupado com a causa trabalhadora tem o poder de vetar projetos aprovados na Câmara e no Senado, mantendo assim direitos trabalhistas retirados pela força do voto do parlamento.

É importante salientar que os direitos sociais e trabalhistas foram concebidos sempre no contexto da democracia, ponto que faculta ainda mais importância ao resultado da eleição, já que a candidatura da ultradireita em diversos momentos chegou a questionar o sistema democrático. É na democracia que todos e todas têm o direito de fazer oposição e serem contrários a projetos propostos pelo presidente. No fascismo, não. Não existe convívio com a oposição de ideias, com ativismos de nenhuma natureza. No poder, o fascismo resolve as coisas matando as divergências.

Nesse sentido é fundamental assegurarmos os princípios da democracia, da justiça e da inclusão social nas políticas públicas, em especial nas políticas educacionais. Por isso é necessário que toda a sociedade, em particular os educadores e educadoras, analise de forma criteriosa as propostas que estão em jogo nos dois projetos políticos em disputa no processo eleitoral do nosso país.

O país e cada brasileiro tem o direito de escolher um projeto político e em que nação vai querer viver nos próximos anos: se em um país que defende e prega a igualdade, a ordem e o desenvolvimento; ou em um Brasil onde as minorias não tenham vez, os direitos trabalhistas sejam retirados, e a intolerância seja a resposta para o pensamento contrário.

Escolherá para o futuro?



Direitos em xeque

Trabalhadores sentem na pele a herança deixada pelo golpe de Estado

O golpe instaurado no país trouxe consequências para toda classe trabalhadora. Nefastos projetos aprovados retiram direitos de trabalhadores e já podem ser sentidos na pele

O golpe instaurado no país atropelou a democracia e retirou direitos, inclusive constitucionais. O que é visto atualmente é a imposição de um verdadeiro Estado de Exceção, em que conquistas, fruto de anos de luta, são retiradas dos(as) trabalhadores(as) em favorecimento de uma minoria burguesa. O Estado de Exceção pode ser identificado quando membros do Ministério Público e do Judiciário tomam lado; decisões que decretam prisões baseadas em

argumentos morais e políticos; e quando indícios e presunções viram prova.

Tais atitudes reforçam o Estado de Exceção, contribuindo ainda mais para os retrocessos que, infelizmente, atingem principalmente a classe trabalhadora e os mais pobres. As reformas impostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, por exemplo, são fruto desse golpe. A mais recente iniciativa desastrosa aprovada permitiu a terceirização indiscriminada em qualquer atividade de uma em-

presa. A ação aumenta a jornada, reduz salários, causa ainda mais vítimas de acidentes de trabalho, reduz a qualidade das atividades prestadas à população e muito mais.

Outro ponto em discussão é o polêmico Projeto de Lei nº 7.180/14, conhecido como “Escola Sem Partido” e apelidado pelos contrários à medida de “Lei da Mordaça”. Ainda sem previsão de quando será retomada as discussões, o projeto propõe acrescentar tópicos à Lei de Diretrizes e



Professores(as), orientadores(as) e diretores do Sinpro têm realizado atos e manifestações contrárias a projetos que retiram direitos trabalhistas

Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e dispor sobre a conduta dos(as) professores(as) dentro de sala de aula.

Para os contrários, a iniciativa trata, nada mais, nada menos, de um projeto de escola pública contrário aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, principalmente em relação ao dever de construir uma sociedade livre, justa e solidária, que promova o bem de todos e todas, sem preconceitos de origem, raça, religião, sexo, cor, idade e quaisquer outras

formas de discriminação.

Querem uma escola pública sem interpretação de texto, sem História do Brasil, sem História Geral, sem Geografia, sem Filosofia, matérias essas que são fundamentais para a formação de um cidadão com senso crítico da realidade em que estejam inseridos.

Os interessados por trás desse projeto são políticos ligados aos setores fundamentalistas de instituição religiosas, partidos privatistas, empresários e, sobretudo, daqueles que exploram a educação como mercadoria.



Terceirização na Educação

Prejuízos para a categoria e para o setor são diversos e vão desde a queda na qualidade do ensino à implantação de mensalidade na rede pública

A eleição de uma agenda econômica neoliberal e de extrema-direita aprofundará a retirada de direitos sociais no Brasil. Uma delas é a terceirização generalizada dos serviços públicos. Essa proposta desmonta não só os serviços que o Estado deve prestar à população, mas afeta sensivelmente o setor da educação. Além de entregar a iniciativa privada e os serviços sociais previstos na Constituição, desmanchará o projeto de escola pública e gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, previsto no PNE.

Os prejuízos, segundo o dossiê, são diversos, mas o primeiro deles é a queda da qualidade do ensino e, o segundo, a criação das condições para a implantação da mensalidade na rede pública. Intitulado “Terceirização e Desenvolvimento - Uma conta que não fecha”, elaborado pela CNTE e CUT. O documento mostra os prejuízos e os impactos da terceirização sobre os(as) trabalhadores(as) e as propostas para garantir a igualdade de direitos.

A terceirização é uma forma de privatização dos serviços públicos por meio de empresas terceirizadas, onde diferentes classes trabalhadoras são prejudicadas. Os impactos são também sofridos nos concursos públicos, onde abrem mão da seleção pública, dando força para escolas serem tratadas como comércio.

O atual modelo de educação tem passado por uma transição delicada, onde Temer instalou fatores prejudiciais ao país. É importante ressaltar que a agenda econômica e a política neoliberal são fortes ameaças à democracia, abrindo leques para a continuidade de um ensino defasado.

FADDDAD	EDUCAÇÃO BÁSICA		BOLSOMARRO
	Revogação da reforma do ensino médio, que não garante acesso à escola a todos os jovens.	Criação de colégios militares em todas as capitais, priorizando o ensino seletivo e doutrinador.	
	Revisão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com foco na formação cidadã, para a vida e o trabalho.	Revisão da BNCC para priorizar conteúdos meritocráticos, competitivos e discriminatórios.	
	Instituição de programa Paz e Defesa da Vida nas Escolas, destacando as relações étnicorraciais, a diversidade de gênero, o combate à homofobia e a não violência.	Defensor da Lei da Mordaza (Escola sem Partido), com foco na perseguição a professores através de equipes que atuam como censores escolares.	
	Priorização de todas as metas do Plano Nacional de Educação, com ênfase na gestão democrática escolar.	Militarização do ensino com a promessa de nomear um general para o Ministério da Educação.	
	Aprovação de novo Fundo da Educação Básica (FUNDEB) permanente, com mais recursos do Governo Federal para as escolas públicas.	Diminuição de verbas federais para o ensino escolar público, priorizando parcerias público-privadas, instituição de vouchers para escolas particulares etc.	
	Programa de inclusão digital a partir do primeiro ano do ensino fundamental e programa de permanência na escola para os jovens em situação de pobreza.	Implementação de educação a distância desde o Ensino Fundamental (6 a 14 anos) até o ensino superior, com o objetivo de baratear o investimento em educação.	
	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO		
	Revogação da Emenda Constitucional 95 (PEC da Morte), que congelou os investimentos públicos por 20 anos e desvinculou os recursos da educação previstos na Constituição também por duas décadas.	Manutenção da Emenda 95 e ampliação das políticas de ajuste fiscal, comprometendo os investimentos em educação e demais políticas públicas (saúde, segurança, transporte, moradia)	
	Investimento equivalente a 10% do PIB em educação (meta 20 do PNE), priorizando a creche até o ensino superior.	Não se compromete em aumentar os recursos, mas sim em privatizar a educação pública.	
Instituição do Custo Aluno Qualidade para equalizar os investimentos em todas as escolas públicas do país.	Parcerias público-privadas priorizando o repasse de verbas públicas para as escolas particulares.		
Recomposição dos recursos dos royalties e outras riquezas advindas da exploração de petróleo para o Fundo Social e para a educação.	Mantém a política do governo Temer de desvincular as riquezas do petróleo das políticas públicas, privilegiando acionistas privados.		
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO			
Realização de Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente, equivalente a concurso público para ingresso na educação pública.	Terceirização de todos os postos de trabalho na educação pública (votou a favor da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista)		
Manutenção e ampliação de direitos, com revogação de parte da reforma trabalhista e da lei de terceirização indiscriminada.	O candidato a Vice-Presidente propôs o fim do direito ao repouso semanal remunerado, 13º salários e 1/3 de férias.		
Regulamentação do piso salarial para todos os profissionais da educação, com diretrizes nacionais de carreira.	Terceirização e precarização do trabalho dos/as educadores/as de todos os níveis da educação (básica e superior).		
OUTRAS PROPOSTAS			
Manutenção da política de cotas nas universidades, democratizando o acesso ao ensino superior.	Extinção da política de cotas nas universidades, promovendo a exclusão de milhares de pessoas de baixa renda.		
Reconhece Paulo Freire como patrono da educação brasileira.	Promete “expurgar” a ideologia de Paulo Freire das escolas.		
Continuidade da política de expansão das Universidades Públicas e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Investimento exclusivo em escolas militares e privatização das escolas públicas, com terceirização de seus profissionais.		

Jornal Mural CNTE - Outubro 2018

Reforma Ameaçada

O Sinpro-DF continua atento às mudanças propostas dentro do plano da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mecanismo criado para operacionalizar a Reforma do Ensino Médio, aprovada por um governo sem legitimidade e que negou a oportunidade de debate público para encaminhar as mudanças ao Congresso na forma da MP 746/2016.

A Lei nº 13.415 /2017, sobre a qual a BNCC atuará, impõe retrocessos aos educadores e à sociedade brasileira. A mercantilização e a privatização do

Ensino Médio caminham em sintonia com a Emenda Constitucional nº 95, e os educadores que ainda permanecerem nas redes de ensino poderão ter suas relações de trabalho precarizadas pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467).

Ao invés de investir na infraestrutura escolar, na formação e valorização dos profissionais, o Ministério da Educação opta por destruir o Ensino Médio. Por tabela, os estudantes da escola pública ficarão cada vez mais distantes da universidade.

A trajetória das conquistas trabalhistas

No infográfico a seguir é possível ver o surgimento de vários direitos da classe trabalhadora, o período histórico/governo em que foram criados, assim como alguns avanços obtidos no decorrer da linha do tempo. Da mesma forma também podemos averiguar que muitas dessas conquistas sofreram ataques ao longo das décadas, muitas delas com risco iminente de serem extintas

Desde o começo da era republicana no Brasil, iniciada em 1889 com a proclamação da República, o país passou por vários governos, incluindo um período de ditadura militar. Nesse percurso histórico, o(a) trabalhador(a) brasileiro(a) conquistou direitos que asseguraram uma série de benefícios que deram origem à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). E é analisando essa trajetória histórica que podemos fazer uma constatação: grande parte desses direitos trabalhistas

foi criada por governos progressistas e sob o reflexo da democracia.

Elencamos alguns desses direitos, assim como os principais avanços conquistados pelo brasileiro no decorrer da República, sobretudo com a promulgação da Constituição Cidadã. Além das conquistas, é possível constatar alguns retrocessos que colocam muitos desses direitos em xeque.



Estabilidade - Surgida com a Constituição de 1937, a estabilidade é um direito que garante ao servidor permanência no serviço público.



13º Salário - A gratificação foi instituída por meio da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. Em 1986 o benefício é estendido aos servidores públicos.



Férias remuneradas - Instituído em decreto publicado em 1925, o direito a férias foi um marco no direito trabalhista do Brasil.



CLT - Foi aprovada em 1943, sistematizou a legislação trabalhista e estendeu o direito aos (às) trabalhadores(as) rurais.



Licença Maternidade - A licença maternidade surgiu no Brasil em 1943. A licença era de 84 dias, mas foi ampliada para 120 dias com a promulgação da Constituição Federal de 1988.



FGTS - Criado em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço amplia garantias aos (às) trabalhadores(as).



Seguro-desemprego - Instituído pelo Decreto-lei nº 2.284, em 10 de março de 1986, o benefício passou a ser concedido aos (às) trabalhadores(as) a partir da sua regulamentação.



Quem é quem na defesa

Fernando Collor - 1990 a 1992



- Concessão para exploração do sistema de transportes, fim da proibição da participação estrangeira nos setores de comunicação, fim do monopólio da Petrobras para a exploração de petróleo e privatização de setores estratégicos ligados à energia e à mineração.
- Confisco do saldo das cadernetas de poupança, das contas correntes e das aplicações no *overnight* em 1990.
- Retração de 2,06% do PIB e retração de 6,97% da renda *per capita*.
- Demissão de funcionários públicos e congelamento de preços e de salários.
- Aposentados rurais conquistam o direito a um salário mínimo como benefício básico ao invés do meio salário até então vigente.
- Início da abertura econômica do País.

1990

Fernando Henrique - 1994 a 2002



- Crise no setor energético, que gerou um racionamento de energia no País, o chamado "apagão".
- Surgimento das privatizações. A privatização aumentou a dívida externa do país.
- Implementação do modelo neoliberal de gestão administrativa no início da década de 1990, preconizando a redução do funcionalismo.
- Os problemas sociais dos oito anos de governo FHC deixaram marcas no aumento da violência, no aumento da fome, na má distribuição de renda e na perda de poder aquisitivo.
- As políticas neoliberais congelaram o salário dos servidores públicos.

1994

1992



Itamar Franco - 1992 a 1995

- Crescimento de 10% do PIB e 6,78% da renda *per capita*.
- Medida Provisória nº 482 contribui positivamente para a mudança de moeda, para a estabilização monetária e econômica, sem medidas de choque como confiscos e congelamentos.
- Redução de alíquotas para que a indústria automobilística oferecesse os chamados carros populares.
- Real estabiliza a economia e, acaba com a hiperinflação.

2003



Lula - 2003

- Ampliação de programas como o Bolsa Família.
- Descoberta da camada
- Redistribuição da renda econômica.
- Aumento no salário mínimo
- Entre 2003 e 2014, o Brasil teve um crescimento de 10 milhões de empregos formais. O número de empregos formais no governo de FHC.
- Em 2015, 60% dos trabalhadores foram contratados pelo programa Minha Casa, Minha Vida.
- Com Lula e Dilma foram criados programas que mostram uma expansão e melhoria do ensino superior.
- O orçamento do Ministério da Educação em 2002, para 115,7 bilhões, foi reduzido para 70 bilhões em 2003.
- Mais de um milhão de alunos foram beneficiados por meio de parciais de estudos do Proim em universidades públicas.
- O número de escolas técnicas aumentou para 420 unidades com o governo Lula.
- Lei nº 11.738, que institui o Conselho Nacional dos Profissionais do Magistério.
- Lei nº 11.340, que cria o Estatuto da Mulher Rural e familiar contra a violência doméstica.
- Lei nº 11.301, cujo teor é a regulamentação das atividades de direção, com a criação da contagem especial do tempo de serviço.
- Aprovação do PL que altera o prazo de 120 para 180 dias.
- Lei Maria da Penha

dos direitos trabalhistas

Dilma Rousseff - 2011 a 2016



2011

- Queda dos juros.
- Fortalecimento da Unasul, Celac e os BRICS.
- Lançamento do Programa Rede Cegonha, de apoio a gestantes, nutrizes e bebês.
- Plano Brasil Sem Miséria, que tirou o país do mapa da fome.
- Implantação da Lei nº 12.506/11, que amplia o aviso prévio de trinta para até noventa dias.
- Lei nº 12.470/11, que institui o sistema de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda.
- Lei nº 12.873/2013, sancionada em 2013, iguala os benefícios de pais adotivos e biológicos e concede os mesmos direitos a mulheres ou homens adotantes. Agora, pais adotivos têm direito a 120 dias de licença de salário-maternidade.
- PEC das Domésticas e Lei Complementar nº 150/2015, que redefiniu como funcionam as relações de trabalho dentro do lar.
- Lei do Feminicídio (Lei 13.104, de 2015), passo importante para resguardar a mulher da brutalidade do seu agressor.
- Lei nº 13.257/2016, que estabelece um Marco Legal para a Primeira Infância. Uma das inovações é a ampliação da licença-paternidade de cinco para 20 dias para os trabalhadores de empresas inscritas no Programa Empresa-Cidadã.
- PL que regulamenta o trabalho das empregadas domésticas. Além do recolhimento previdenciário, a nova legislação para a categoria prevê o recolhimento do FGTS.
- Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016 - Ampliação da licença paternidade, que no serviço público federal e em empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã é ampliado para 20 dias corridos.

2016

2013 a 2010

amais sociais e de transferência de renda,

da pré-sal de petróleo.

nda, geração de emprego e crescimento

mínimo.

o Brasil criou 20 milhões de novos postos de
úmero é 25 vezes maior em comparação ao do

abalhadores no Brasil tinham carteira assinada.

e três milhões de moradias foram entregues

Casa Minha Vida.

ram criadas 18 universidades públicas. Isso

e aumento no número de matrículas no

istério da Educação passou de 18 bilhões, em
es, em 2014.

e alunos tiveram acesso a bolsas integrais e

o Prouni e 2,8 milhões de alunos se matricula-

por meio do Sisu, em 2015.

s técnicas passou de 11 durante o governo FHC,

m os governos do PT.

tituiu o piso salarial profissional nacional para

gistério público da educação básica.

a mecanismos para coibir a violência domésti-

mulher.

or estendeu aos profissionais do magistério em

, coordenação e assessoramento pedagógico a

tempo de serviço.

e amplia o prazo da licença-maternidade de



Michel Temer - 2016 a 2018

- Alteração de 100 itens da CLT, dentre eles a implantação do trabalho intermitente, a terceirização irrestrita. Resultado: em um mês foram extintos quase 13 mil vagas de emprego com carteira assinada.
- Cortes nos programas sociais. A medida levou o Brasil de volta ao “Mapa da Fome” da ONU.
- Desmonte do programa Mais Médicos, deixando 7,7 milhões de pessoas sem atendimento.
- Redução em R\$ 600 milhões no orçamento do programa Aqui Tem Farmácia Popular, que fornece remédios gratuitos ou com descontos para a população.
- Corte de 40% das vagas do Fies, programa que financia estudos.
- Aprovação da Reforma do Ensino Médio/aprovação da BNCC: mantém na grade obrigatória curricular apenas Matemática e Português.
- Cortes nos repasses às universidades e institutos federais.
- Corte no Ministério da Educação no valor de R\$ 4,3 bilhões.
- Corte de R\$ 2,1 bilhões do orçamento da educação para 2018.
- Redução do programa Minha Casa, Minha Vida.
- Corte no Bolsa Família.
- Corte de 95% do programa de cisternas, programa de combate à seca no semiárido.
- Fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser a única operadora do pré-sal e ter participação mínima de 30% nos campos licitados.
- Reforma Trabalhista.

O que pensam e o que defendem os candidatos à Presidência da República

Eleitor tem dois projetos em disputa: um pautado pelo Estado democrático e popular, e outro carregado pelo neoliberalismo de extrema-direita. Escolha definirá em que país o brasileiro viverá nos próximos anos

A democracia foi assegurada e cada cidadão e cidadã, aptos(as) para votar, teve seu direito ao voto garantido. No dia 28 de outubro, os 143,7 milhões de eleitores decidirão que projeto político e econômico o Brasil terá pelos próximos 4 anos. O problema é que, dependendo de quem eleger no último domingo de outubro, poderá nunca mais ter seus direitos garantidos.

Se optar por um projeto de Estado democrático e popular, terá a chance de ver o país se recuperar de uma das mais profundas crises artificiais já criadas no terceiro mundo pelas elites internacional

e nacional, com um objetivo devastador de retirar do povo o seu direito aos recursos financeiros do Orçamento da União (Emenda Constitucional 95/2016) e aos recursos, também financeiros, advindos das imensas riquezas biológicas, minerais e patrimoniais do Brasil. Poderá ter de volta os direitos eliminados pelas reformas ilegítimas de um governo golpista e a oportunidade de discutir com o Estado se quer ou não uma reforma na Previdência.

Contudo, se optar pelo neoliberalismo de extrema-direita, terá um país com viés fascista, sem direitos assegurados e a consolida-

ção do projeto privatista adotado pelo golpe de 2016, com o aprofundamento das retiradas de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e assistenciais. Correrá o risco concreto de ter sua liberdade de pensamento cassada e seu direito a se manifestar impedido.

Verá os retrocessos fundamentalistas do Programa Escola sem Partido ser implantado não só nas escolas, mas na sociedade. Poderá ser a última vez que terá praticado o direito de votar. Tudo isso porque a promessa da elite sem rosto, sem credo e sem compromisso com a classe trabalhadora, que usou um parlamentar desconheci-

do para impor suas ideias no país, é eliminar todo e qualquer tipo de direito desde os sociais e fundamentais, contidos na Constituição Federal, até os direitos humanos, como o direito à água, defendidos pelas nações soberanas.

As duas agendas econômicas e políticas em disputa afetam profundamente a educação: uma de forma positiva; e a outra, de forma negativa. A categoria docente sempre reivindicou esclarecimentos e conteúdos explicativos sobre a situação do país e seus impactos sobre a educação e, consequente-

mente, sobre a vida de cada um em seus veículos de comunicação.

Daí a importância, agora, de o jornal Quadro Negro trazer um especial sobre o cenário político eleitoral com o que pensam e o que defendem os dois candidatos que disputam o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, com destaque para as áreas de educação e saúde; economia e emprego.

Fernando Haddad, do PT, cuja vice é uma mulher, Manuela D'Ávila (PCdoB), é um professor universitário, da Universidade de

São Paulo (USP). Tem 55 anos e foi ministro da Educação do governo Lula e prefeito de São Paulo. Defende um projeto de governo democrático, de soberania nacional, com ideais de centro-esquerda e direitos sociais, respeito à Constituição Federal Cidadã e políticas públicas que assegurem um modelo sustentável de desenvolvimento do país. Já o candidato Jair Bolsonaro, do PSL, é um ex-capitão do Exército reformado, que passou por oito partidos políticos. Com 63 anos de idade, tem como vice Antônio Hamilton Martins

Mourão (PRTB). Defende privatizações generalizadas, Lei da Moradia, fim dos serviços públicos, reforma da Previdência e outras retiradas de direitos já iniciadas no governo golpista de 2016.

As propostas dos dois candidatos foram levantadas com base nos planos de governo protocolados na Justiça Eleitoral, com informações publicadas em sites e redes sociais oficiais dos candidatos, propostas enviadas pelas campanhas para a imprensa e, por fim, propostas feitas em entrevistas e debates eleitorais. Confira:



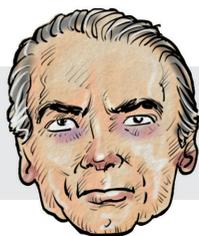
FERNANDO HADDAD

EDUCAÇÃO E SAÚDE:

- Revogar a emenda do teto de gastos. Retomar os recursos dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal para Saúde e Educação.
- Expandir as matrículas no Ensino Superior e nos ensinos técnico e profissional.
- Priorizar o Ensino Médio. Nesse quesito, criar o Programa Ensino Médio Federal, ampliando a participação da União nesse nível de ensino — algumas das propostas são fazer convênio com Estados para assumir escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade e criar um programa de permanência para jovens em situação de pobreza. Além disso, revogar a reforma do Ensino Médio do governo Michel Temer.
- Realizar anualmente uma Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente na rede pública de educação básica.
- Em contraponto à Escola Sem Partido, criar a Escola com Ciência e Cultura, para valorizar a diversidade.
- Criar Rede de Especialidades Multiprofissional (REM), em parceria com Estados e municípios, com polos em cada região de saúde.
- Investir na implantação do prontuário eletrônico, que reúne o histórico de atendimento de saúde dos pacientes no SUS.
- Implementar um Plano Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável.

EMPREGO E ECONOMIA

- Revogar medidas do governo Michel Temer, como a emenda do teto de gastos, a reforma Trabalhista e mudanças no marco regulatório do Pré-Sal. A revogação se dará por ato do presidente ou por encaminhamento ao Congresso. “Referendos revogatórios poderão ser necessários para dirimir democraticamente as divergências entre os poderes”.
- Implementar medidas emergenciais para sair da crise, como redução dos juros, criação de linhas de crédito com juros e prazo acessíveis com foco nas famílias, criação de um Plano Emergencial de Empregos com foco na juventude e retomada de obras paralisadas, e do Programa Minha Casa Minha Vida.
- Criar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial, para interiorizar atividade econômica.
- Isentar do Imposto de Renda de Pessoa Física quem ganha até 5 salários mínimos e criar faixas de contribuição maiores para os mais ricos.
- Criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), substituindo a atual estrutura de impostos indiretos (ICMS, IOF, IPI, ISS...).
- Tributar grandes movimentações financeiras, distribuição de lucros e dividendo e grandes patrimônios.
- Adotar regras para controlar a entrada de capital especulativo no Brasil e inibir a volatilidade do câmbio.
- Promover uma reforma bancária, adotando uma tributação progressiva sobre os bancos, com alíquotas reduzidas para os que oferecerem crédito a custo menor e com prazos mais longos.
- Estimular a reindustrialização. Para isso, bancos públicos devem assumir papel importante no financiamento.
- Desonerar tributos sobre investimentos verdes, reduzindo o custo tributário em 46,5%.



JAIR BOLSONARO

EDUCAÇÃO E SAÚDE:

- Não admitir ideologia de gênero nas escolas. “Nós precisamos de um presidente que trate com consideração criança em sala de aula, não admitindo ideologia de gênero, impondo a Escola Sem Partido”. Defende educação “sem doutrinação e sexualização precoce”.
- Incluir no currículo escolar as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que eram ensinadas durante a ditadura militar.
- Propor a diminuição do percentual de vagas para cotas raciais. Defende cota social.
- Ampliar o número de escolas militares, fechando parcerias com as redes municipal e estadual. Em dois anos, ter um colégio militar em cada capital. Fazer o maior colégio militar do país em São Paulo, no Campo de Marte.
- Defende a adoção da educação à distância no Ensino Fundamental, Médio e universitário, com aulas presenciais em provas ou aulas práticas, o que “ajuda a combater o marxismo”.
- Criar um Prontuário Eletrônico Nacional Interligado. Os postos, ambulatórios e hospitais devem ser informatizados com todos os dados do atendimento.
- Para combater a mortalidade infantil, defende a melhoria do saneamento básico e a adoção de medidas preventivas de saúde para reduzir o número de prematuros — entre elas, estabelecer nos programas neonatais a visita ao dentista pelas gestantes.
- Extraditar o ex-ativista italiano Cesare Battisti, a quem chama de terrorista.
- Criar a carreira de Médico de Estado, para atender áreas remotas e carentes do Brasil.
- Profissionais do Mais Médicos só poderão atuar se aprovados no Revalida: “Nossos irmãos cubanos serão libertados”.
- Incluir profissionais de educação física no programa de Saúde da Família, para combater sedentarismo, obesidade e suas consequências.

EMPREGO E ECONOMIA

- Deixar para trás o comunismo e o socialismo e praticar o livre mercado.
- Criar uma nova carteira de trabalho verde e amarela, em que o contrato individual prevaleça sobre a CLT. Os novos trabalhadores poderão optar, de forma voluntária, por um vínculo empregatício baseado na nova carteira de trabalho ou na tradicional (azul). Além disso, defende uma outra versão da CLT para o trabalhador rural. “O homem do campo não pode parar no Carnaval, sábado, domingo e feriado. A planta ali vai estragar”.
- Paulo Guedes, que Bolsonaro define como seu “Posto Ipiranga” da economia e futuro ministro da Fazenda, teria anunciado para uma plateia restrita que pretende recriar um imposto nos moldes da CPMF e estabelecer uma alíquota única de 20% no Imposto de Renda
- hoje, a alíquota aumenta de acordo com a renda. Mas, no mesmo dia, Bolsonaro negou as propostas, afirmando que sua equipe sempre descartou qualquer aumento de impostos.
- Reduzir em 20% o volume da dívida pública por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União.
- Criar o Ministério da Economia, que abará funções hoje desempenhadas pelos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, bem como a Secretaria Executiva do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).
- Eliminar o déficit público primário no primeiro ano de governo e convertê-lo em superávit no segundo ano.
- Introduzir paulatinamente o modelo de capitalização para a Previdência.
- Criar o Balcão Único, que centralizará todos os procedimentos para abertura e fechamento de empresas.
- Defende privatizações. No caso da Petrobras, admite a privatização “se não tiver uma solução” a respeito da política de preço dos combustíveis. “Temos que ter um combustível com preço compatível”. É contra a privatização do Banco do Brasil, Caixa Econômica.
- Defende redução de impostos, é contra taxação de grandes fortunas e heranças e contra novas tributações a empresários.
- Extinguir o Ministério das Cidades e “mandar o dinheiro diretamente para o município”.
- Tornar o Brasil um centro mundial de pesquisa e desenvolvimento em grafeno e nióbio.

FERNANDO HADDAD

EC Nº 95/2016	CONTRA
REFORMA TRABALHISTA	CONTRA
TERCEIRIZAÇÃO	CONTRA
ENTREGA DO PRÉ-SAL	CONTRA
REFORMA DA PREVIDÊNCIA	CONTRA
ESCOLA SEM PARTIDO	CONTRA
MERITOCRACIA	CONTRA



JAIR BOLSONARO

EC Nº 95/2016	https://goo.gl/aVc3mT	A FAVOR
REFORMA TRABALHISTA	https://goo.gl/fBPnXR	A FAVOR
TERCEIRIZAÇÃO	https://goo.gl/MtbA3L	A FAVOR
ENTREGA DO PRÉ-SAL	https://goo.gl/sY12Wg	A FAVOR
REFORMA DA PREVIDÊNCIA	https://goo.gl/E2xc8s	A FAVOR
ESCOLA SEM PARTIDO	https://goo.gl/pCchy	A FAVOR
MERITOCRACIA	https://goo.gl/CmErxD	A FAVOR

Se absteve por medo de ter que dar explicações



Acesse com o QR Code
a entrevista na íntegra

Da democracia participativa ao fascismo: o Brasil entre a liberdade e a opressão

"O assassinato de #MoaDoKatende é um sinal de que a gente não deve seguir com força no caminho que as pessoas, ilusoriamente, pensam que é a superação, quando é atraso. É volta. É medo da responsabilidade e da civilização." (Caetano Veloso)

Vanessa Maria de Castro
é professora da UnB



Em 2017, a diretora da Editora Boitempo, Ivana Jinkings, relatou em seu Facebook que, após divulgar o lançamento de livros infantis sobre marxismo, recebeu ligações de ameaças e mensagens ofensivas pela rede social. Este ano, poucos dias antes das eleições de outubro, sete obras sobre a história da luta pelos direitos humanos no Brasil foram destruídas na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB).

A polícia de Porto Alegre investiga três criminosos que agrediram uma mulher de 19 anos com socos e marcaram na barriga dela, com canivete, o símbolo nazista da suástica. Eles a abordaram quando ela descia do ônibus, a caminho de casa, vestida com uma camiseta escrita #EleNão - slogan contra Jair Bolsonaro (PSL) - e uma bandeira do arco-íris na mochila. No Rio Grande do Norte, uma médica rasgou a receita após um paciente idoso dizer que havia votado em Fernando Haddad, do PT.

A Lei da Mordaza (ou Escola sem Partido) prega esse tipo de ação para implantar, por meio de leis e da disseminação do medo, o pensamento único. Os resultados desse tipo de ideologia política de extrema-direita se manifestam, assiduamente, no mundo. No século XX, suscitou guerras, como a Segunda Guerra

Mundial. No Brasil, aparece no racismo, na misoginia, na LGBTfobia, no anticomunismo etc. cotidianos.

Contudo, foi no dia da eleição, 7 de outubro deste ano, que isso explodiu de forma avassaladora: o mestre capoeirista Moa do Katendê foi assassinado com 12 facadas, em Salvador, Bahia, por um eleitor de Jair Bolsonaro (PSL): o político do Escola sem Partido, que prometeu acabar com as Terras Indígenas, extinguir as unidades de conservação e dizimar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra doando fuzis para latifundiários.

Esse é o Brasil no processo político-partidário eleitoral de 2018: um país tomado pelo ódio de classe, reações ultraconservadoras e de defesa de conteúdos neoliberais pelas elites extremistas internacional e nacional. A disputa eleitoral poderia ser pacífica e respeitosa e sem a ingerência dos EUA. Contudo, apresenta-se contaminada pelas ideias de extrema-direita e controlada por conservadores de país estrangeiro. Com isso, tornou-se visceral para o setor que quer implantar o fascismo como modelo único de gestão pública. Grupos armados querem abrir fogo contra os que querem aprofundar a democracia reconquistada, em 1985, após 21 anos de ditadura

militar. Essa violência é uma característica singular da extrema-direita e visa a disseminar o ódio e a morte entre irmãos da mesma classe social.

Isso demonstra que, embora ainda se vivam momentos democráticos, o cenário da política partidária já coabita com o flagelo do fascismo e de outras reações autoritárias insufladas e defendidas pela elite de extrema-direita. A classe média, subalterna, embora assalariada ou dona de negócios modestos, também perdedora de direitos, segue atrás, replicando o ódio da elite. No entendimento de Vanessa Maria de Castro, professora da Universidade de Brasília (UnB), isso ocorre na construção desses cenários porque existem agendas políticas e econômicas em disputa, que consolidam os partidos em competição pela faixa presidencial.

É por meio dessa agenda e por dentro desses partidos políticos que está denominada a nomenclatura esquerda e direita. Trata-se de uma herança europeia. Os franceses dizem que o uso político dos termos esquerda e direita tem origem na Revolução Francesa, quando os liberais girondinos e os extremistas jacobinos se sentaram, respectivamente, à direita e à esquerda no salão da Assembleia Nacional. Na Inglaterra, por sua vez, esquerda e direita designam a forma como lords e comuns se organizavam na Câmara Inglesa.

O fato é que essas expressões se consolidaram, politicamente, de forma que, de um lado, o de direita, sempre defende ideias e práticas mais conservadoras, fundamentalistas e com várias fobias sociais para não perder regalias, poder e status; e, de outro lado, o de esquerda, sempre mais vinculado a projetos sociais e econômicos com distribuição de renda, defesa de direitos humanos e desenvolvimento ambientalmente sustentável.

“E aí se tem um marcador importante, que é o eixo de um sistema e, assim, tem-se uma direita mais vinculada a uma agenda que se vai chamar de liberalismo ou de neoliberalismo; e outra agenda, de

esquerda, com uma preocupação social. É possível ainda se ter dois movimentos em que um apoie uma agenda neoliberal em andamento, e vice-versa, daí a ideia do centro. E se tem um conjunto de centro que se pode chamar de social-democracia”, explica Vanessa.

Confira nesta entrevista exclusiva para o Sinpro-DF, conceitos fundamentais de política e categorizações que ajudam a entender o atual processo eleitoral, político e econômico do Brasil.

Sinpro-DF – Como surgem a extrema-esquerda e a extrema-direita?

Vanessa Maria de Castro – É quando surge, dentro do processo eleitoral, extremos dentro das agendas. Há partidos e candidatos, como, por exemplo, o PSDB, que pode ser considerado mais da social-democracia. Dentro dele se pode ter uma agenda de extrema-direita e uma de centro; nos partidos de esquerda, o mesmo: pode haver agenda de extrema-esquerda e de centro. É o caso do PT, que classifico como de centro-esquerda. No discurso da disputa, há quem o coloque como extrema-esquerda, mas ele não é e nem nunca foi. O PSOL pode ser considerado de extrema-esquerda porque se coloca dentro dessa agenda.

Sinpro-DF – Como o Brasil se localiza dentro dessas nomenclaturas?

Vanessa Maria de Castro – Num cenário histórico global, hoje, no Brasil, existe uma configuração, e aí estou falando de um processo eleitoral e não de uma ditadura, porque o que vivemos, em 1964, foi um processo de ditadura, e aí assume uma direita com agenda de extrema-direita, e se há uma figura de extrema-direita, haverá um processo de ditadura.

Sinpro-DF – E o que é ser de extrema-direita numa agenda de extrema-direita global? A extrema direita é o mesmo

que ultradireita?

Vanessa Maria de Castro – Na literatura há algumas nomenclaturas, que se confundem um pouco. Existem: extrema-direita, ultradireita, direita radical, nazismo, neonazismo, fascismo, neofascismo, extremista, nacionalista, chauvinista, geofóbicos (ou xenofóbicos), racistas e reacionários. Tudo isso está dentro de um bolo de extrema-direita. São nomenclaturas definidoras dessa questão. O que aconteceu na Segunda Guerra Mundial é que eles estavam dentro desse bojo todo. Eles criaram o nazismo e tinham uma questão de xenofobia, de raça única, de raça ariana. Há outras nomenclaturas definidoras de esquerda, extrema-esquerda, centro-esquerda. Deixo o populismo de fora disso.

Sinpro-DF – Por que a senhora retira o populismo daí se ele também é uma característica básica da extrema-direita?

Vanessa Maria de Castro – Porque ele também pode ser uma característica básica da extrema-esquerda. Não posso chamar a extrema-esquerda de racista porque, normalmente, ela não é. Ela não tem como palco a questão da racionalidade. Mas o populismo pode estar dos dois lados. Essa é uma questão que tem de ser diferenciada senão a gente acaba gerando uma confusão que os dois lados tem. Extremismo também é uma característica dos dois lados.

Sinpro-DF – O que é ser de extrema-direita e de direita e de extrema-esquerda e de esquerda?

Vanessa Maria de Castro – A direita clássica defende a agenda do Estado mínimo, a noção de que a desigualdade é algo importante e inerente. Ela entra com o processo da moral, com a meritocracia e o desenvolvimento pessoal, que é uma teoria clássica deles, que assegura haver oportunidades. Contudo, as pessoas não



se desenvolvem. Aí, se elas não se desenvolvem, a direita clássica culpa a ela (a pessoa) e não ao sistema. Ou seja, a culpa é individual: o pobre continua pobre porque não soube pescar. No Brasil esse slogan é muito forte. Mas as oportunidades não são iguais. Como não são iguais, o Brasil não está tendo um processo democrático de distribuição de políticas públicas e as desigualdades iguais é, por exemplo, uma escola na qual qualquer estudante tenha acesso a um processo de formação com qualidade. Esse é um fator importante.

Sinpro-DF – A elite estrangeira quer, aqui, políticos e

sistemas de extrema-direita para replicar a experiência em toda a América Latina. Como se faz isso?

Vanessa Maria de Castro – Se faz isso por meio de voto. Existe um estudioso da democracia brasileira comigo, no pós-doutorado, que desconstrói o mito da eleição. Mas, aqui, brevemente: quem elege hoje? Antigamente, quem elegia eram os recursos financeiros. Mas, hoje, são muito mais os recursos tecnológicos. Essa é a diferença

eles apregoam no Brasil. A França, a Alemanha e a Inglaterra são extremamente protecionistas. Têm sistema de bolsa-emprego, escolas públicas de qualidade, hospitais públicos de boa qualidade, sistema social de políticas públicas desenvolvido pelo serviço público. Nesse sentido, o Brasil sempre trabalhou com o que virou moda agora, que tem uma teoria que eu gosto muito de usar, mas eu vou usar o termo que está na moda agora, que é a teoria da pós-verdade.

isso. As fake news não são criadas fora do Brasil. São criadas aqui dentro. Na área de comunicação social, por exemplo, é perceptível como a extrema-direita cria uma imagem com pouquíssimas palavras porque eles estão trabalhando com o processo da alienação. Tudo que tem poucas palavras é processo de alienação. E aí a gente volta à teoria da alienação.

nunca esteve a serviço da construção disso. A direita não se preocupa com a verdade. Ela não está interessada na construção do poder porque ela está a serviço da elite. E a elite não está preocupada com a verdade. Não se pode cair nesse discurso moral. A grande moral da elite é ganhar dinheiro.

Sinpro-DF – Quais exemplos de pós-verdade?

Vanessa Maria de Castro – A eleição de Donald Trump. Toda a campanha de Trump foi realizada em cima de fake news. Tem um fato fundamental do Facebook do Trump que ele conseguiu falsear. Um pesquisador da Universidade de Cambridge conseguiu manipular informações do Facebook e descobriu o que as pessoas consumiam, o que faziam, o que elas curtiam, enfim, hoje em dia a pessoa que está nas redes sociais de internet é mapeada.

Ele conseguiu acessar 50 mil “amigos” ligados ao Facebook de Donald Trump e com isso atingiu mais de 350 mil eleitores. A campanha de Trump manipulou e mandou fake news e mensagens, via Facebook, para agradar e atrair pessoas para a sua eleição. Na eleição brasileira isto não está acontecendo pelo Facebook porque a empresa fechou essa porta de entrada. Contudo, está por meio de outras mídias sociais, como, por exemplo, o WhatsApp.

Sinpro-DF – Qual é o objetivo da educação?

Vanessa Maria de Castro – Questionar a realidade e repassar conhecimento. Não é somente repassar conhecimento. Só repassar conhecimento é o que Paulo Freire chama de educação bancária

Sinpro-DF – Qual é o problema hoje da rede pública de ensino?

Vanessa Maria de Castro – É um local em que há um forte processo de construção de um

Sinpro-DF – O que é alienação?

Vanessa Maria de Castro – É você passar uma ideia que não é verdadeira como se fosse verdade. Que é como o trabalhador vai defender o patrão. Não faz o menor sentido. Ele está sendo explorado e vai defender quem o está explorando? A não ser que ele esteja solidário. Mas não é o caso. Por que ele vai defender alguém ganhar mais dinheiro do que ele uma vez que esse ganhar mais dinheiro significa o seu próprio sofrimento? Então, quando o trabalhador defende essa ideia de extrema-direita, nessas condições, o nome disso é alienação. E aí se constroi isso porque se sabe que ele (o povo) estará refratário. Na história moderna da humanidade, ele é refratário. E Jair Bolsonaro tem ganhado largamente esse campo na campanha dele porque o brasileiro está refratário a tudo.

Sinpro-DF – O que é estar refratário a tudo?

Vanessa Maria de Castro – É, por exemplo, Bolsonaro fazer um discurso homofóbico e, logo em seguida, conseguir desconstruir esse discurso perante os seus eleitores e ainda ganhar adeptos pelo discurso da moralidade. Isso é estar refratário e essa é uma questão importante.

Fake news, então, é uma coisa que existe o tempo inteiro e ela se propaga rapidamente. E a esquerda não conseguiu fazer isso porque está comprometida com a verdade e, por isso, tem muita dificuldade de fazê-lo porque ela

Sinpro-DF – O que é a teoria da pós-verdade?

Vanessa Maria de Castro – É nada mais do que as fake News (notícias falsas). Aqui a gente volta aos smartphones. Cria-se uma mentira e a transforma em verdade.

Sinpro-DF – Qual é o problema disso?

Vanessa Maria de Castro – Isso é uma arquitetura de extrema-direita. A extrema-direita tem uma rede internacional entre si e, o Brasil, faz parte dessa rede. A extrema-direita é articulada internacionalmente e tem um processo de informação, dinheiro e recursos. Está crescendo em o todo mundo. Tem domínio tecnológico. Cria as fakes news. Mas as fake news só vão funcionar se o país assumir

desta eleição para as outras. Chamamos de eleição do smartphone.

Sinpro-DF – Por que os smartphones?

Vanessa Maria de Castro – Porque antigamente quem dominava eram as grandes empresas de comunicação e hoje são as redes sociais. Tinha-se uma Rede Globo, que era a principal do Brasil, que iria, então, pautar a agenda eleitoral. O que a Rede Globo dizia era fundamental no processo de construção do pensamento do eleitorado.

Sinpro-DF – O que significa uma agenda conservadora?

Vanessa Maria de Castro – Uma agenda de Estado mínimo. Não conheço nenhum país no mundo que tenha Estado mínimo como



Campo de concentração em Auschwitz

conhecimento bancário.

Sinpro-DF – E qual é a grande crítica ao docente?

Vanessa Maria de Castro – Que ele acha que está fazendo a educação crítica, que está dando o melhor de si, que se esforçou muito para conseguir a graduação, que estudou muito, trabalha muito, que está dando a melhor aula que podia. Então, é preciso ter muito cuidado quando critica porque senão parece que a culpa é da pessoa e não é. A culpa está no sistema que cria esse modelo de educação alienante e esse modelo é o da elite, a quem interessa um sistema alienado. Porque quando se colocam escolas de má qualidade a elite sabe que, com isso, terá uma massa de manobra em vez de profissionais pensantes.

Sinpro-DF – O que é massa de manobra?

Vanessa Maria de Castro – Massa de manobra é um processo que se tem que é refratário capaz de eleger um indivíduo como Jair Bolsonaro porque alguém em sua consciência e que olha sabe que o discurso dele é homofóbico, é misógino, é entreguista, é colonialista, é racista, porque ele externalizou isso várias vezes. A gente mostra o Bolsonaro externalizando o racismo dele para um professor negro e esse professor diz: “Ah! Ele estava brincando!” A gente mostra a misoginia de Bolsonaro para uma professora e ela diz: “Nããã... Ele não é assim não. Ele é boa gente. Ele lê a Bíblia. Ele não é corrupto”. E aí vem outra questão que é a corrupção. Isso é ser refratário.

Sinpro-DF – O que é a corrupção?

Vanessa Maria de Castro – A corrupção é o ato de transformar um bem público em um bem privado. Ou agir de forma inadequada com um bem que é público. Sempre é um roubo de bem público do ponto de vista da política.

Pode-se ter roubos familiares. Tem de tudo. Mas, nesse caso, é o bem público e, aí, a esquerda está vulnerável a uma agenda construída com elementos concretos de corrupção e, neste momento, Bolsonaro foi a pessoa que soube utilizar esse discurso e é fundamental dizer que ele foi protegido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Poder Judiciário porque há processos contra ele por corrupção. E mediante essa proteção, o Brasil se vê diante de uma plutocracia.

Sinpro-DF – O que é plutocracia?

Vanessa Maria de Castro – A plutocracia nada mais é do que o Estado estar a serviço da elite. O impeachment da Dilma Rousseff estava a serviço da elite. Não conseguiram provar nada contra ela. Então, por que ela não voltou para o Palácio do Planalto para completar o mandato? Nunca teve nada contra a Dilma no âmbito da corrupção. Foi acusada de pedaladas. Mas, aí, um mês depois que ela ter sido impedida, seu sucessor, Michel Temer, ao assumiu o Poder Executivo, praticou as pedaladas, que foram legalizadas pelos Três Poderes. E como é que fica? O STF pode?

Sinpro-DF – Mas como o capitalismo resolveu essa questão da autonomia do voto?

Vanessa Maria de Castro – Na compra do voto pelas propagandas. De acordo com Júlia Cagé, economista e professora da Science Pro, uma universidade com sede em Paris, um voto na França custa 32 euros. Ela questiona a democracia pelo voto em seu livro intitulado *Le prix de la démocratie* (“O preço da democracia”, em tradução livre), publicado na França, no fim de agosto deste ano, ao comparar o sistema de financiamento de campanhas eleitorais em diferentes países, como França, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Alemanha e Canadá e analisar os responsáveis pelas

doações de campanha e o resultado em relação às políticas.

Sinpro-DF – Dentro desse conceito de plutocracia, podemos incluir aí essa ação da elite de transformar o Estado em um negócio dela?

Vanessa Maria de Castro – O Estado é sempre transformado em negócio pela elite independentemente de haver plutocracia ou não. Plutocracia é a pessoa estar no exercício de poder e a serviço da elite. Por isso que é plutocracia. O Estado está sempre a serviço dela (da elite). Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff tentaram ceder um pouquinho para as áreas sociais, mas no Brasil não é fácil porque aqui se assegura a autonomia e depois se perde o controle do povo, porque o povo é a massa de manobra.

Sinpro-DF – Qual é o detalhe fundamental desse processo?

Vanessa Maria de Castro – A maior ilusão que a gente tem é acreditar que a massa é de manobra e não tem interesse. Essa é uma grande ilusão. O processo de alienação não é pessoas que não sabem algo. Elas sabem e têm interesses. Um exemplo muito simples: alguém que ganha uma dentadura. Antigamente, em períodos eleitorais era bem comum isso. Por que a dentadura? Era um voto, uma dentadura. Ora, quem nunca sorriu com dente, não sabe da alegria de sorrir com ele. A gente que tem dente não sabe o que é isso. Quem nunca andou descalço não tem ideia do que é ganhar um pé do sapato antes e o outro depois da eleição. Quem sempre teve casa para morar não sabe o que é não ter uma casa pra morar.

Sinpro-DF – Mas a pergunta que fica é: qual é o interesse da extrema-direita?

Vanessa Maria de Castro – Essa é a pergunta mais difícil de responder porque sempre o Brasil defendeu uma agenda conservadora. O

que tem de ficar claro é que o diferencial é ganhar da extrema-direita. Tanto que a esquerda precisou sair do poder mediante um impeachment inventado porque quem estaria no processo de eleição agora, se não fosse o golpe da extrema-direita, seria a Dilma.

Sinpro-DF – O que a extrema-direita retirou da população em termos materiais?

Vanessa Maria de Castro – Por exemplo, a atuação do ex-presidente FHC com relação à educação. Retirou muito. A universidade pública e seus corpos docente e técnico-administrativo ficaram 8 anos sem reajuste salarial e a educação superior ficou sem investimento do Estado. Os/as servidores/as públicos/as ficaram sem reajustes e a universidade pública ficou sem dinheiro porque FHC fez um modelo de ensino superior privado para atender a uma elite.

Sinpro-DF – O que a agenda da extrema-direita defende?

Vanessa Maria de Castro – A extrema-direita defende o Estado mínimo, o choque de gestão, as privatizações, a entrega das riquezas naturais entre outras à elite estrangeira. A extrema-direita que está com muito espaço no país é adepta das demissões e planeja acabar, no serviço público, com a estabilidade. Defende a terceirização generalizada dos serviços públicos e o controle melhor os recursos financeiros da União por ela. No campo privado, entre várias retiradas de direitos, planeja reduzir mais ainda os direitos trabalhistas, taxar os assalariados e isentar os ricos, diminuir salários com trabalhos temporários, eliminar definitivamente a carteira de trabalho e outras conquistas. Pretende aprofundar as retiradas que já delineiam no cenário nacional com o golpe de 2016. Em nenhum momento Bolsonaro afirmou que não irá aprofundar esse projeto de entrega do Brasil.

Reforma da Previdência vai acabar com o direito do professor à aposentadoria

Programa econômico de Jair Bolsonaro, do PSL, prevê reforma da Previdência com isenção da contribuição patronal, o que irá quebrar a Seguridade e extinguir a Previdência Social pública. Dobrará o valor da contribuição do funcionalismo

“Quando tinha 10 anos de idade, cheguei de mudança em Brasília. Tudo novo. Num dia de semana de folga, meu pai e minha mãe saíram para passear com as filhas pequenas e as levaram para conhecer a Câmara dos Deputados por dentro e por fora. De ônibus, quando passamos em frente ao Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho, meu pai explicou que estávamos passando em frente dos principais ministérios que cuidavam dos direitos da classe trabalhadora”.

Com essa memória de vida, Josenilda Guimarães, professora aposentada da rede pública de ensino do Distrito Federal, afirma estar preocupada com a agenda econômica e política a ser eleita no dia 28 de outubro. “É que dependendo de quem for eleito, saberei se as reformas neoliberais que vêm sendo impostas desde 2016 serão aprofundadas ou não, e se meus filhos e netos terão ou não um futuro melhor,

como, por exemplo, o direito à aposentadoria”, comenta.

Engavetada há meses para não atrapalhar a eleição de candidatos neoliberais, a reforma da Previdência aguarda a chegada de um candidato que defenda a agenda de extrema-direita no Palácio do Planalto para ser implantada. A PEC 287-A institui mudanças profundas e privatistas no Sistema Público de Seguridade Social brasileiro, as quais irão descaracterizar totalmente o único instrumento de distribuição de renda do país. Tudo isso para entregar os recursos financeiros recolhidos pela Seguridade Pública, que financiam a previdência, a assistência social e a saúde no país, ao sistema financeiro privado nacional e internacional.

As mudanças previstas na reforma da Previdência (PEC 287-A) terão impactos violentos e negativos na vida dos(as) trabalhadores(as) e, na educação

pública, irão afetar, diretamente, as condições de vida e de trabalho dos(as) profissionais da educação. Dependendo de quem for eleito no segundo turno da eleição, essa e outras reformas, realizadas desde 2016, serão legitimadas ou não nas urnas. “Tenho aqui no coração a esperança de que essa agenda neoliberal, representada por Bolsonaro, não irá adiante. Eu sei que se a outra agenda em disputa vencer, o país terá a chance de sair dessas ameaças e se recuperar da crise”, diz Josenilda.

A professora sabe também que a reforma neoliberal da Previdência está associada à Emenda Constitucional nº 95/16, que instituiu novo regime fiscal e congelou o investimento público federal nos setores sociais por 20 anos; à reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415), que impõe mudanças curriculares, dificulta a conciliação entre trabalho e estudo para os jovens empregados e prepara o terreno para a privatização do Ensino Médio; e a reforma Trabalhista, que desmontou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), adotada em 1943, e abriu caminho para o desmonte das leis que regem as relações de trabalho no funcionalismo público nas três esferas da União.

A da Previdência é a reforma mais desejada pelas elites do sistema financeiro e rentistas. Será um dos primeiros documentos a chegar ao gabinete do Presidente da República que vencer o segundo turno, porque a maior característica da ação da elite envolvida com o golpe de 2016 é a rapidez com que impõe as reformas neoliberais. No Brasil, o neoliberalismo só chega ao poder por meio de golpe. E a PEC 287-A, da reforma da Previdência, é um golpe mortal no magistério público que planeja se legitimar pelas urnas, no dia 28 de outubro. Ela acaba com a aposentadoria dos(as) professores(as), elimina a paridade e a integralidade e põe fim às condições salariais da categoria docente na hora da aposentadoria. São danos extensos e nefastos tanto para quem ingressou na carreira antes de 2004 quanto para quem entrou a partir de 2004. Os prejuízos são idênticos para todos.

O candidato Jair Bolsonaro, do PSL, declarou na mídia que fará, imediatamente, essa reforma. Dois 2 dias depois do primeiro turno das eleições, o economista da campanha dele, Paulo Guedes, declarou a um público restrito de rentistas, reunido pela GPS Investimentos, empresa gestora especialista em grandes fortunas, que pretende eliminar a contribuição patronal para a Previdência, que tem a mesma alíquota de 20% e incide sobre a folha de pagamentos. Essa isenção da contribuição patronal para a previdência, prometida por Guedes, quebrará o tripé que sustenta a Seguridade

Social Pública brasileira, que é financiada pelo recolhimento dos três segmentos: contribuição do trabalhador, do patrão e do Estado, em percentuais distintos.

Além disso, se os patrões não fizerem a contribuição patronal para a previdência, em tese, ou haverá elevação do valor a ser pago pelo trabalhador e, assim, esse valor da contribuição do trabalhador terá de, no mínimo, dobrar ou, de fato, a ideia é falir a Previdência e fazer com que a aposentadoria, enquanto direito social, deixe de existir. A ideia de Guedes é falir, propositadamente, a Previdência Social pública para, posteriormente, apresentar, como única opção de aposentadoria à classe trabalhadora, as ofertas das empresas privadas de previdência, todas ligadas aos bancos privados internacionais e nacionais.

Hoje, por exemplo, o servidor público paga 11% do seu salário à Previdência e, o Estado, 22%. No Distrito Federal, depois do saque do Iprev, o governo Rodrigo Rollemberg, do PSB, reduziu a contribuição patronal dos novos servidores, mas isso não está vigente ainda. Assim, atualmente, o servidor público do Distrito Federal paga 11%, até o teto de R\$ 5.531,31; e, o Estado, fará um depósito de 17%.

O conteúdo das declarações de Bolsonaro e Paulo Guedes sobre esse tema estão na matéria, intitulada “Paulo Guedes quer nova CPMF e imposto de renda único de 20%”, no link <https://www.terra.com.br/economia/paulo-guedes-quer-imposto-nos-moldes-da-cpmf-e-aliquota-unica-de-ir-diz-folha,3c2738620596d2023aedbceda593adb0xhczps18.html>.

O que é a PEC 287-A

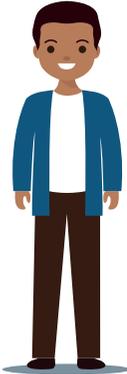
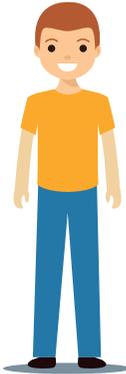
A Proposta de Emenda Constitucional nº 287-A (PEC nº 287-A) é um conjunto de amplas alterações na Constituição Federal para diminuir o alcance do Sistema de Seguridade Social e a importância da Previdência Social pública e da Assistência Social no Brasil.

Essa reforma é uma proposta do governo federal para adequar o Brasil à política econômica neoliberal, em que tudo é comércio, incluindo aí os direitos sociais. Ela promove o endurecimento das regras de acesso e o rebaixamento do valor médio de benefício previdenciário e visa a impedir o trabalhador da iniciativa privada ou o do serviço público de se aposentar.

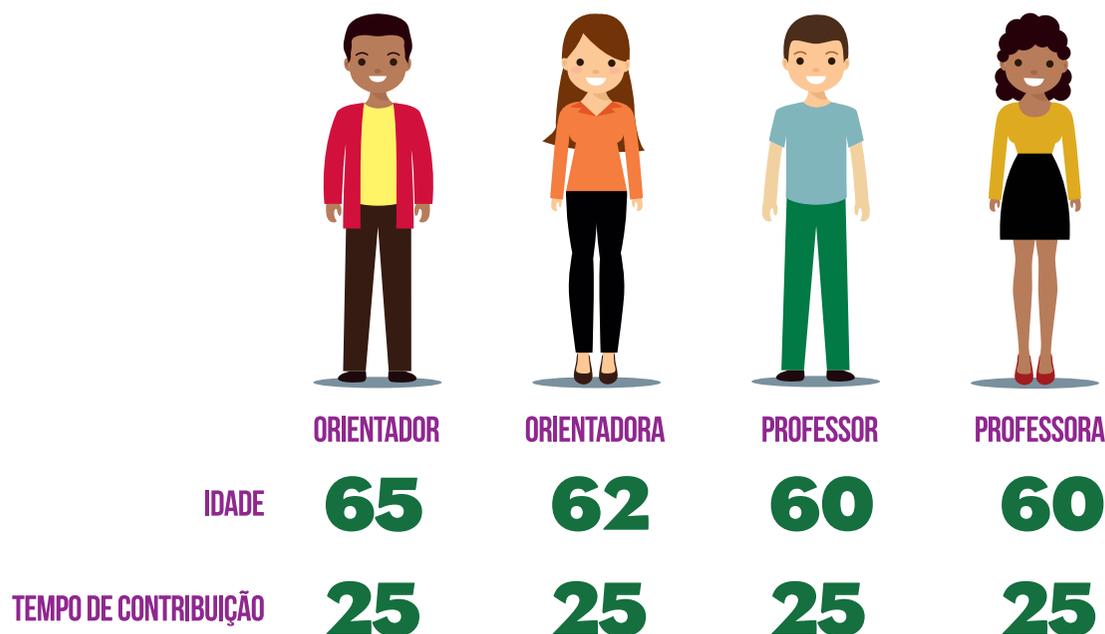
Assim, a PEC nº 287-A é um conjunto de mudanças que aprofundam a convergência das regras entre os dois regimes previdenciários vigentes (Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), embora eles se mantenham distintos. Essa proposta de reforma da previdência ocorre em um contexto de mudanças que têm impactos significativos na educação pública brasileira e afetam diretamente as condições de vida e de trabalho dos profissionais da educação e de acesso ao direito à aposentadoria.

Com base em princípios infundados, o governo de Michel Temer afirma que a reforma é necessária por causa de um rombo de R\$ 149,7 bilhões na Previdência. Todavia, estudos sobre a Seguridade Social o desmentem. Estudiosos afirmam que o rombo é a desculpa

COMO É HOJE

				
	ORIENTADOR	ORIENTADORA	PROFESSOR	PROFESSORA
IDADE	60	55	55	50
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	35	30	30	25

COMO VAI FICAR



Acesse com o QR Code a edição nº 197 do Folha do Professor sobre aposentadoria

dele e de políticos cujas campanhas eleitorais foram financiadas por bancos e empresas de previdência privada para privatizar o direito social à aposentadoria, uma vez que, para esse setor da economia mercantil, a Seguridade Social, por ser superavitária, é fonte garantida de lucro permanente.

Como é a Previdência Social hoje?

O atual modelo de Previdência Social pública brasileiro é formado por dois regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende aos trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos não cobertos pelo regime próprio; e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende aos servidores públicos das três esferas da União.

Confira no quadro, a seguir, como são as regras para aposentadoria no sistema atual:

Para o orientador educacional se aposentar pelas regras atuais, ele precisa ter 60 anos de idade e 35 anos de contribuição previdenci-

ária. A orientadora educacional, por sua vez, precisa ter 55 anos de idade e 30 anos de contribuição. O professor também precisa ter 55 anos de idade e, 30, contribuição. A professora precisa de ter 50 anos de idade e 25 anos de contribuição previdenciária.

Como será a Previdência após a reforma?

Quando a reforma da Previdência estiver totalmente implantada, a situação vai mudar completamente. O tempo de contribuição cairá para todos os casos. Assim, em linhas gerais, professor(a) e orientador(a) educacional terão de contribuir por 25 anos. O que parece ser bom, não é.

E não é bom porque esse tempo mínimo de contribuição leva a um cálculo a ser feito que obrigará a maioria das pessoas que tiverem o direito de se aposentar assegurado a receber somente 70% da média das contribuições que elas fizeram ao longo da sua vida laboral. Para alcançar 100% é preciso ter 40 anos de contribuição. Além disso, as novas regras impõem

uma nova idade, que, em alguns casos, irá estender por mais 10 anos o tempo de trabalho e, em outros, por 15 ou mais.

Ou seja, se de um lado a PEC nº 287-A preservou a aposentadoria diferenciada para o magistério, estabelecendo limites mínimos de idade e tempo de contribuição inferiores ao que o governo propôs no texto original, na PEC nº 287/2016, e para os demais trabalhadores; de outro, igualou ambos os requisitos para professores e professoras, diferentemente do definido para os outros profissionais, para os quais a idade mínima fixada para a aposentadoria das mulheres é três anos inferior à dos homens.

Isso mostra o quanto a proposta é machista, uma vez que, para o professor, manteve o diferencial de cinco anos, reduzindo de 65 para 60 anos a idade mínima para se aposentar. Contudo, para as professoras, reduziu de 60 para 57 anos. Para as professoras, o diferencial mudou e passou a ser de três anos apenas a diferença.

TABELA DE PROGRESSÃO DA IDADE MÍNIMA

	IDADE PADRÃO	IDADE 2019	IDADE 2020	IDADE 2022	IDADE 2024	IDADE 2026	IDADE 2028	IDADE 2030	IDADE 2032	IDADE 2034	IDADE 2036	IDADE 2038
PROFESSOR	60	55	56	57	58	59	60	60	60	60	60	60
PROFESSORA	60	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
ORIENTADOR	65	60	61	62	63	64	65	65	65	65	65	65
ORIENTADORA	62	55	56	57	58	59	60	61	62	62	62	62

Privatização da Petrobrás poderá levar a educação ao caos

Venda da matriz energética brasileira e leilão dos campos de pré-sal trarão um enorme prejuízo para o setor. A estratégia é orquestrada pelo governo ilegítimo de Michel Temer e tiraria da Educação um investimento de aproximadamente R\$ 179 bilhões até 2022

Avenda das riquezas nacionais, atrelada à política de retirada de direitos dos(as) trabalhadores(as), tem sido a grande tônica do governo ilegítimo de Michel Temer (MDB). E uma das grandes metas do atual governo federal é a privatização da Petrobras e o leilão dos campos de pré-sal. A manobra não somente tiraria das mãos do povo brasileiro uma das maiores matrizes energéticas do mundo, como afetaria diretamente a Educação no país.

Em meados de 2006, data da descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal, o setor educacional, juntamente com a área da Saúde, foram eleitos os grandes beneficiados dos recursos advindos dos royalties. E para isso a presidenta Dilma Rousseff sancionou, em 9 de setembro de 2013, a Lei nº 12.858, que estabelecia a distribuição dos recursos oriundos da exploração da camada do pré-sal para os dois setores, vinculando as receitas de 75% dos royalties obtidos pela União, estados e municípios com a exploração da atividade para a Educação e 25% para a Saúde. Além disso, estipulou que 50% dos recursos

recebidos pelo chamado Fundo Social do Pré-Sal deveriam ser destinados para os dois setores.

Com a medida privatista e conseqüentemente a venda da estatal para o mercado internacional, a Educação teria um prejuízo estimado de R\$ 179 bilhões até 2022. O cenário traria o verdadeiro caos para o setor. Sem essa verba, o investimento no(a) professor(a) e no(a) orientador(a) educacional, na busca por melhorias nas escolas públicas, no implemento de políticas públicas em prol do setor e a esperança de viabilizar o cumprimento das metas do PNE e dos PDE's ficariam mais difíceis de serem executados, trazendo problemas para a busca por uma educação pública de qualidade.

Defender a Petrobrás é defender a Educação

Cientes da importância que a Petrobras tem para o futuro do Brasil e para a Educação, várias centrais sindicais, a exemplo do Sinpro, integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e trabalhadores(as) dos mais variados setores têm participado de



Sindicalistas, trabalhadores(as) e populares participaram de ato contra a privatização da Petrobras no dia 3 de outubro de 2017

atos, manifestações e debates em defesa da estatal e da soberania nacional. Uma das atividades foi realizada no dia 3 de outubro de 2017, data em que a Petrobras completou 64 anos de existência.

Para a diretoria colegiada do Sinpro-DF, entender o que se passa hoje no país é fundamental para suscitar uma reação contra as ações privatistas que ocorrem à revelia da vontade do povo. São ações sustentadas pelo discurso do ódio cujo objetivo é desqualificar as ideias de soberania nacional e de Nação e desmoralizar quem quer que lute por uma Nação soberana,

desenvolvida e independente.

Para impor seu projeto privatista, sinaliza a diretora de Formação Sindical do Sinpro-DF Luciana Custódio, os governos neoliberais criminalizam os movimentos defensores dos direitos sociais, suprimem leis e impõe reformas mercantilistas, como a da Previdência, a do Ensino Médio, o congelamento dos investimentos públicos no setor público por 20 anos, e promovem, sem nenhuma consulta popular, privatizações generalizadas e em larga escala de setores estatais essenciais para o desenvolvimento do país, os quais asseguram a soberania da Nação, como a matriz energética, a água, a educação e a saúde. “Todos os países que se desenvolveram na história do mundo foram os que colocaram seu povo, as políticas públicas que o promovem e suas empresas estatais estratégicas como prioridades para assegurar esse desenvolvimento”, afirma Luciana.

Cibele Vieira, diretora da Federação Única dos Petroleiros (FUP), lembra que a Petrobras é a empresa que simboliza a defesa da soberania nacional desde sua criação, a partir da campanha “O Petróleo é Nosso”. A diretora da FUP explicou que a manifestação de 2017 foi contra o desmonte do Estado, pela soberania nacional e a Petrobras, desde a sua criação, é um exemplo disso, pois ela carrega essa história. “A Petrobras não pode servir para dar lucro para acionista e nem reduzir o déficit fiscal. Nós, petroleiros e petroleiras, percebemos nitidamente a mudança de uma empresa que tinha uma preocupação social, uma preocupação de segurança com o meio ambiente, para uma empresa que passou a focar em lucro. Isso ataca diretamente a gente



Manifestações contrárias à privatização da Petrobras foram realizadas em várias partes, inclusive na sede da estatal, no Rio de Janeiro

que está no dia a dia da empresa. Nossa vida está em jogo, inclusive”, afirmou Cibele.

Entrega do pré-sal

Arelado ao risco de privatização da Petrobras, outro ponto que está em jogo atualmente é uma disputa pelos postos do pré-sal. A riqueza, de 176 bilhões de barris, é responsável por colocar o Brasil como o país com a terceira maior reserva de petróleo do mundo, atrás apenas da Venezuela e da Arábia Saudita. Guilherme Estrella, diretor de Exploração e Produção da Petrobras na época da descoberta do pré-sal, lembra que a realização dos leilões foi

um dos objetivos centrais do golpe que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República.

Luciana Custódio lamenta que tanto a venda da Petrobras quanto os leilões pelas reservas do pré-sal colocam a Educação no Brasil em xeque. “Corremos um risco muito grande. Os prejuízos para a Educação giram em torno de R\$ 3 trilhões nos próximos três anos caso isso aconteça, e a falta dessa verba vai tirar nossa esperança de viabilizar projetos que poderiam colocar o setor como referência. Diante disso, é importante escolher o projeto político certo na hora de votar. Uma escolha errada

poderá manter essa política entreguista que vemos hoje com o governo Temer”.

A sindicalista finaliza afirmando que uma das maiores perdas caso o atual cenário se concretize é do respeito às metas do PNE e dos PDE’s. “Poderemos ter uma série de prejuízos. Professores com salários defasados, falta de escolas, escolas sucateadas, falta de políticas para formação docente, falta de políticas que proporcionem condições de trabalho favoráveis, culminando no amadurecimento de professores. Poderíamos reverter tudo isso se tivéssemos essa verba carimbada para a educação”.



Caso a estatal seja privatizada, projetos como o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Distritais de Educação (PDE's) serão prejudicados



APOSENTADORIA

**MARIA MORREU
SEM SE APOSENTAR
É ISSO QUE O GOVERNO QUER DE VOCÊ!**